

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 604/2016/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 19 de agosto de 2016, vem dentro do prazo legal, e com fulcro na legislação vigente, especialmente Decreto Estadual nº 840, de 10 de fevereiro de 2017, prestar esclarecimento ao questionamento formulado por **Envex Engenharia e Consultoria S/S Ltda**, CNPJ: 08.418.789/0001-07, localizado na Rua Doutor Jorge Meyer Filho, n. 93, Jardim Botânico, Curitiba/PR, relativo ao edital da Concorrência Pública nº 001/2018/SEMA, cujo objeto é a *Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS*, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conforme segue:

A empresa **Envex Engenharia e Consultoria** encaminhou o seguinte questionamento, a Comissão de licitação:



ENVEX/106/2018

Curitiba, 18 de junho de 2018.

Ao Governo do Estado de Mato Grosso
Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

A/C: Comissão Permanente de Licitação

Ref.: Concorrência Pública Nº 001/2018
Processo Administrativo Nº 70641861 / 2017

PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

1. Do Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio

Levando-se em consideração que o Edital da Concorrência Pública nº 001/2018 da SEMA/MT admite a participação de concorrentes em consórcio e considerando o disposto no item 8.9, alínea X, do Edital, questiona-se o que a egrégia Comissão de Licitação entende por *“representatividade social de cada uma das empresas consorciadas”*.

Note-se o disposto no Edital:

(...)X. A representatividade social de cada uma das empresas consorciadas;



2. Da apresentação de documento expedido pela Junta Comercial

O anexo VIII do Edital exige a apresentação de "*CERTIDÃO emitida pela Junta Comercial, na forma do art. 8º da Instrução Normativa nº 103/2007 do Departamento Nacional de Registro do Comércio DNRC*".

Contudo, a ENVEX ENGENHARIA E CONSULTORIA S/S LTDA – EPP é uma **sociedade simples** e, portanto, **não** deve realizar registro na Junta Comercial, mas sim, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas. Ora, se a Junta Comercial não é o local pertinente para o registro de sociedades simples, é inviável e errado exigir de tais sociedades documento expedido ou autenticado por órgão que não seja competente para tanto.

Uma vez que a ENVEX Engenharia é Sociedade Simples, conforme o disposto no artigo 1.150 do Código Civil, não há como a Comissão de Licitação exigir um documento de cartório (Junta Comercial) cujo registro não seja competente para tanto, em observância à natureza jurídica da Sociedade Simples supracitada.

Portanto, a Certidão de Breve Relato devidamente expedida e autenticada pelo cartório competente, qual seja o Registro Civil de Pessoas Jurídicas é capaz de comprovar e atender as exigências do anexo VIII do Edital.

Note-se que o item 4.3.1 do Edital já admite a apresentação de documentos devidamente registrados e inscritos no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas para as devidas sociedades:

4.3.1 (...)

a) *Ato constitutivo da sociedade ou cooperativa, devidamente inscrito no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas e instrumento de eleição da diretoria ou contrato de sociedade comercial registrada na Junta Comercial;*

Dessa forma, a Comissão entende ser possível a apresentação de documentos inscritos no Cartório do Registro Civil de Pessoas Jurídicas ao invés da Junta Comercial? Para fins de atendimento ao Anexo VIII do Edital, a Comissão entende que a Certidão de Breve Relato das sociedades simples cumpre as exigências editalícias?

Desde já agradecemos,

Curitiba, 18 de junho de 2018.


ENVEX Engenharia e Consultoria S/S Ltda. EPP
08.418.789/0001-07
André Luciano Malheiros - Representante Legal
RG 6.489.814-0SSP PR
CPF 004.810.979-70

Segue resposta aos questionamentos:

QUESTIONAMENTO 1)- Neste item deve ser apresentado o contrato social de cada consorciada para comprovação de sua representatividade social no âmbito do consórcio.

QUESTIONAMENTO 2)- Considerando o que estabelece o Art. 1.150 do Código Civil de 2002, entendemos que poderão ser apresentados os documentos inscritos no Cartório de Registros Cíveis, quando se tratar de Sociedade Simples.

Art. 1.150. O empresário e a sociedade empresária vinculam-se ao Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais, e a sociedade simples ao Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o qual deverá obedecer às normas fixadas para aquele registro, se a sociedade simples adotar um dos tipos de sociedade empresária.

Considerando que o exposto acima não interfere na formulação das propostas, não há necessidade de alteração da data do certame.

Cuiabá, 28 de junho de 2018.

Bruna Carla Guarim da Silva
Pregoeira Oficial
SEMA-MT